



Justiça Global denuncia à CIDH e à ONU ação de milícias privadas em áreas rurais e Movimento Invasão Zero

Documento enviado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos destaca ataque que culminou no assassinato da Nega Pataxó, em janeiro, no sul da Bahia.

RIO DE JANEIRO(RJ), 27/03/2024 - Em denúncia enviada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também às Nações Unidas, a Justiça Global pede que seja recomendado ao Brasil a investigação e desmantelamento de milícias armadas que atuam áreas rurais, em especial o movimento organizado autointitulado Invasão Zero, formado por fazendeiros, milicianos e até policiais militares que prestam serviços de segurança privada.

A organização paramilitar, articulada por grupos de Whatsapp, foi revelada após o assassinato a tiros da liderança espiritual indígena Fátima Muniz de Andrade – a Nega Pataxó – em ataque ao povo indígena Pataxó Hã-hã-hãe em 21 janeiro, na retomada no território Caramuru-Catarina Paraguassu, no município de Potiraguá, no Sul da Bahia.

Os caciques Naílton Pataxó e Aritanã Muniz foram gravemente feridos na barbárie. O tiro que matou Nega Pataxó saiu da arma do filho de um fazendeiro, de 19 anos, preso no momento do ataque. Um policial da reserva que participava da ação ruralista também foi detido.

Um perfil no Instagram da organização revela que o grupo está organizado em diversos estados. O grupo “Invasão Zero” possui CNPJ, estatuto, assessoria de imprensa e uma cartilha para orientar a “proteção de propriedades” e conta com apoio de associações empresariais, do agronegócio e de parlamentares no Congresso Nacional. A organização se propõe a reunir os integrantes do grupo para atacar ocupações e expulsar os ocupantes sem ordem judicial e mediante meios próprios e violentos.

“O Movimento Invasão Zero se caracteriza como uma organização criminosa, com vários aspectos de milícia rural. Um grupo de latifundiários, comerciantes, políticos se constituem



como personalidade jurídica para cometer crimes. Mapeiam comunidades indígenas, rurais, comunidades tradicionais e buscam expulsá-las dos seus territórios de forma violenta, armada e sem autorização judicial. Esse movimento que nasce no Estado da Bahia está se expandindo para muitos outros estados e ganhando apoio da bancada ruralista no congresso nacional”, afirma a coordenadora e co-fundadora da Justiça Global, Sandra Carvalho.

Ela lembra que grupos de fazendeiros também se articularam em um consórcio para cometer os homicídios em casos emblemáticos, como a da Missionária Dorothy Stang e do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho. “Apesar de, lamentavelmente, não se ter conseguido avançar nas responsabilizações pela baixa qualidade das investigações e provas”, comenta.

A agropecuarista Dida de Souza, Renilda Maria Vitoria de Souza, presidente da organização, faz postagens em suas mídias sociais contra movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, tendo declarado "Com a união de todos nós, vamos combater essa sigla chamada MST".

Em fevereiro de 2023 a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) ingressaram com uma representação criminal junto à Procuradoria da República na Bahia, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, contra o Movimento Invasão Zero, alegando que o mesmo se constitui como uma organização criminosa, uma vez que, o grupo se associou por meio de entidade jurídica, de forma estruturada e com divisão de tarefas, valendo-se da violência, intimação, corrupção, fraude ou de outros meios assemelhados para cometer crimes.

O informe apresentado pela Justiça Global também pede à CIDH a recomendação da dissolução do Movimento Invasão Zero, além da cobrança de uma investigação completa do assassinato de Nega Pataxó e o ataque ao povo Pataxó Hã-hã-hãe, além da recomendação do reconhecimento e demarcação do território pertencente ao território Caramuru-Paraguassu.

Escalada de violência contra indígenas do sul da Bahia



As violações contra indígenas têm escalado no sul do estado baiano. No ano passado, a CIDH concedeu medidas cautelares para o povo indígena Pataxó das Terras Indígenas Barra Velha e Comexatibá, no extremo sul da Bahia, nos municípios de Porto Seguro, Itamajuru, Itabela e Prado, por identificar que os membros se encontram em situação de grave e urgente risco de dano irreparável aos seus direitos. Três indígenas Pataxós foram assassinados, dois deles adolescentes, entre junho de 2022 e abril de 2023.

Agravamento da violência no campo

A atuação de milícias privadas em áreas rurais agrava os conflitos rurais e as violências contra trabalhadores rurais, territórios tradicionais, quilombolas e indígenas no Brasil, sobretudo contra defensoras/es de direitos humanos.

Segundo o levantamento da Justiça Global e da Terra de Direitos, no estudo "[Na Linha de Frente](#)", 140 defensoras e defensores assassinados lutavam pelo direito à terra, ao território e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; esse é o tipo de luta de 78,5% dos defensores e defensoras vítimas de qualquer tipo de violência identificada pelo levantamento;

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam 973 casos de conflitos no campo no primeiro semestre de 2023 – aumento de 8% em comparação com o mesmo período de 2022. Os números tornam o período o segundo mais violento dos últimos 10 anos, atrás apenas dos seis primeiros meses de 2020, quando a CPT registrou 1.007 conflitos.

[Acesse o informe na íntegra.](#)

Mais informações:

Assessoria de imprensa da Justiça Global

imprensa@global.org.br

(21)2544-2320

justicaglobal.org.br